



**UNIVERSIDADE DE VASSOURAS – CAMPUS MARICÁ
CURSO DE ENFERMAGEM**

GRAZIELLI PEREIRA BRAGANÇA
HELAINÉ QUINTANILHA PACHECO
LUCAS DE LIMA
PRISCILA DA SILVA RAMOS

**A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO ÂMBITO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA
LEI LUCAS**

Maricá/RJ

2023



**UNIVERSIDADE DE VASSOURAS – CAMPUS MARICÁ
CURSO DE ENFERMAGEM**

**GRAZIELLI PEREIRA BRAGANÇA
HELAINÉ QUINTANILHA PACHECO
LUCAS DE LIMA
PRISCILA DA SILVA RAMOS**

**A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO ÂMBITO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA
LEI LUCAS**

Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial da conclusão da disciplina de Projeto de Pesquisa II do Curso de Enfermagem da Universidade de Vassouras Campus Maricá tendo como orientador do projeto Alessandra da Terra Lapa.

Orientador(a) do Projeto de Pesquisa: Dra. Lidiane Dias Reis.

Maricá/RJ

2023



UNIVERSIDADE DE VASSOURAS – CAMPUS MARICÁ
CURSO DE ENFERMAGEM

GRAZIELLI PEREIRA BRAGANÇA
HELAINÉ QUINTANILHA PACHECO
LUCAS DE LIMA
PRISCILA DA SILVA RAMOS

Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial da conclusão da disciplina de Projeto de Pesquisa II do Curso de Enfermagem da Universidade de Vassouras - Campus Maricá tendo como orientador do projeto Alessandra da Terra Lapa.

Orientador(a) do Projeto de Pesquisa:
Lidiane Dias Reis.

Aprovado em ___ de _____ de 2023, com média _____.

Banca Examinadora

Prof.

Prof.

Prof.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.” Carl Jung

RESUMO

O presente projeto aborda os primeiros socorros, caracterizados por atendimentos imediatos que devem ser aplicados à vítima, com a utilização de processos básicos em emergência, visando manter os sinais vitais e impedir o agravo até a chegada de uma assistência especializada. O **objetivo geral** é compreender o surgimento da importância de um conhecimento de noções básicas de primeiros socorros no âmbito escolar, de quando a área de educação compreendeu a importância desta prática nas escolas, creches. E como **objetivos específicos**: esboçar conceitos sobre a enfermagem e sua importância no âmbito escolar; identificar a atuação do profissional de enfermagem no ambiente escolar; apontar as principais atividades exercidas por esse profissional nesse ambiente. A **metodologia** da pesquisa possuirá uma abordagem bibliográfica de cunho, documental, descritiva e com abordagem qualitativa, utilizando uma revisão sistemática. É importante salientar a necessidade de trabalhar essa temática, tendo em vista que existem acidentes que, se não forem tratados de maneira correta e em tempo hábil, podem deixar sequelas irreversíveis, caso não tenham um atendimento adequado. Tendo como **resultado**, uma vez que todas as categorizações atenderam aos objetivos do estudo que seriam visar e compreender o surgimento da importância do conhecimento sobre noções básicas de primeiros socorros no âmbito escolar, assim como o ambiente de educacional compreendeu a importância desta prática nas escolas, creches, no atendimento a criança com algum tipo de demanda em questão. E como **considerações finais**, foram abordados temas como a Lei Lucas, a relevância dos primeiros socorros no contexto escolar e o papel do enfermeiro como educador e com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre esse assunto. Observou-se que, mesmo após a sanção da Lei Lucas em 04 de outubro de 2018, ainda há uma significativa falta de preparo por parte dos profissionais que trabalham em ambientes escolares quando se trata de práticas de primeiros socorros.

DESCRITORES: Enfermagem. Primeiros Socorros. Educação em saúde.

ABSTRACT

This project addresses first aid, characterized by immediate care that must be applied to the victim, using basic emergency procedures, aiming to maintain vital signs and prevent the condition until the arrival of specialized assistance. The general objective is to understand the emergence of the importance of a knowledge of basic notions of first aid in the school context, from when the education area understood the importance of this practice in schools, kindergartens. And as specific objectives: to outline concepts about nursing and its importance in the school environment; identify the performance of the nursing professional in the school environment; point out the main activities carried out by this professional in this environment. The research methodology will have a bibliographic approach of, documental, descriptive and qualitative approach, using a systematic review. It is important to emphasize the need to work on this issue, bearing in mind that there are accidents that, if not treated correctly and in a timely manner, can leave irreversible sequelae if they are not adequately attended to. As a result, since all the categorizations met the objectives of the study, which were to aim to understand the importance of knowledge about the basics of first aid in the school environment, as well as the educational environment understood the importance of this practice in schools, nurseries, in the care of children with some type of demand in question. And as final considerations, topics such as the Lucas Law, the relevance of first aid in the school context and the role of nurses as educators were addressed with the aim of deepening understanding of this subject. It was observed that, even after the Lucas Law was sanctioned on October 4, 2018, there is still a significant lack of preparation on the part of professionals working in school environments when it comes to first aid practices.

DESCRIPTORS: Nursing. First aid. Health education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (BVS)	22
Figura 2 – SciELO (Scientific Electronic Library Online)	23
Figura 3 – Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).....	24
Figura 4 – CAPES PERIÓDICOS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)	25
Figura 5 – Artigos selecionados na base de dados	27

QUADROS

Quadro 1 - Conquistas do SUS	10
Quadro 2 - Cronologia do projeto de pesquisa (2023).....	32

TABELAS

Tabela 1 – Óbitos Infantil 2020	17
Tabela 2 – Lesões em playgrounds da pesquisa de Loder	18
Tabela 3 – Orçamento do projeto de pesquisa (2023)	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	6
2.1 Marco zero no Sistema Único De Saúde.....	6
2.2 Avanços e conquistas do Sistema Único de Saúde.....	8
2.3 A importância dos primeiros socorros para os profissionais da educação.....	11
2.4 A importância de conhecer as técnicas dos primeiros socorros	12
2.5 Educação em saúde nas escolas	13
2.6 Lei Lucas e suas atribuições.....	15
2.7 A Atuação Do Enfermeiro Como Multiplicador Do Saber.....	17
3. METODOLOGIA	20
3. METODOLOGIA	20
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A enfermagem possui diversas atividades voltadas para a promoção, prevenção, estabelecimento, recuperação e reabilitação da saúde. Dessa forma, o profissional de enfermagem atua na coordenação e incentivo de práticas focadas em seu objetivo (COFEN, 2019). Entende-se que para ocorrer a efetivação dessas ações é necessário amplo conhecimento técnico-científico, construção e fortalecimento de vínculo com a comunidade, sendo assim uma realização autônoma de intervenções, que pode ser representada pela prestação de cuidados, pela administração, ou simplesmente pela promoção da educação em saúde.

Diante dessa afirmativa, destaca-se que o meio escolar, o qual possui extrema relevância na formação do cidadão, além de ser um ambiente onde a criança vivencia parte considerável do seu dia, necessita trabalhar temas voltados para a saúde, visto que é entendível que esse modo de educação pode contribuir para a prevenção de acidentes e agravos. Assim como a promoção da saúde com ênfase em acidentes por queda, engasgo ou intoxicação. (LIMA et al., 2016)

Moura et al. (2018, p. 02) define o termo acidente como “um acontecimento não intencional, evitável e gerador de danos físicos e/ou emocionais em domicílio ou em outros ambientes sociais”. Nesse sentido, são eventos não esperados e não planejados, os quais apresentam uma disfunção do meio onde ocorre.

Podemos afirmar que, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2022) relatou que entre o ano de 2020 e 2021 foram registrados 1.616 óbitos de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos no Brasil, por acidentes domésticos. Contudo, observamos que diversos acidentes na infância, como engasgos, queimaduras, cortes, configuram um significativo problema para o sistema de saúde, sendo responsáveis por um elevado número de atendimentos nas urgências hospitalares.

Os acidentes e a violência contra a criança no Brasil representam um problema de saúde pública de alto índice de relevância, que tem fomentado um forte impacto na morbimortalidade da população. Os primeiros socorros são caracterizados por cuidados porvindouros que necessitam ser prestados de maneira ágil à vítima, com a finalidade de manter as funções vitais até à chegada de uma assistência especializado. Os episódios de emergência podem ocorrer em qualquer momento e lugar, fazendo-se imprescindível o atendimento inicial e eficaz, com o objetivo de

evitar o agravo e promover uma maior sobrevida. Qualquer pessoa que estiver presente na cena, poderá prestar atendimento, desde que tenha uma capacitação, ou seja, conhecimento básico teórico e prático para entrar em ação. (GUIMARÃES et al., 2022)

Cabe salientar que a Constituição de 1988, em seu Artigo 227, estabeleceu os direitos fundamentais desse da criança, os quais alicerçaram a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. No que se refere ao artigo 70 do estatuto:

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

[...]III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014). [...] (BRASIL, 1990, s/p.)

Segundo Cavalcante et al. (2015), em síntese é relevante a necessidade de a população dispor de um discernimento relacionado aos atendimentos para primeiros socorros. Nessa perspectiva, afirma-se que pode ser de grande importância a instrução das pessoas para que, havendo alguma intercorrência urgente, as pessoas estejam qualificadas para efetivar um atendimento emergencial.

No Brasil, Pelicioni MCF e Gikas RM. (1992) descrevem que o ambiente escolar, ou seja, a Educação infantil que atende crianças de 0 a 6 anos como indicador de eventualidades de causas externas, tendo em vista que a maior parte do tempo destas crianças é passado na escola, ela se torna um local de alerta para a ocorrência de acidentes.

Na infância ocorre acentuado desenvolvimento imunológico e neurológico, o que torna a criança vulnerável a doenças e acidentes. As intercorrências de saúde na infância podem ser subdivididas entre as relacionadas a doenças, como os agravos respiratórios e gastrointestinais, e relacionadas a acidentes, como acidente de

trânsito, envenenamento, afogamento, queimadura, queda e obstrução de vias aéreas. (GUIMARÃES et al., 2022)

Entende-se que o momento de recreação dos alunos, por exemplo, apresenta-se como uma das principais causas de acidentes nas escolas, que podem advir facilmente no dia a dia da criança (GRIMALDI et al., 2020). Sendo assim, é considerável a importância da capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários, além da presença de profissionais de saúde nesse ambiente.

Nesse aspecto, Zonta et al (2019, p. 2) menciona que:

os primeiros socorros no ambiente escolar geralmente são conduzidos pelos professores, no entanto, estes apresentam baixos níveis de conhecimento na temática. Revelam não possuir qualquer tipo de capacitação de modo contínuo e sistematizado e que, quando necessário, empregam conhecimentos obtidos em leituras e/ou experiências prévias, além do senso comum. A literatura reforça que, sentimentos negativos como insegurança, medo e nervosismo são potencializados diante das intercorrências de saúde no contexto escolar, fragilizando a autoconfiança dos professores. Nesta perspectiva, esta investigação compartilha do pressuposto de que a autoconfiança aliada às experiências prévias e ao conhecimento pode promover um manejo seguro das intercorrências de saúde.

Desse modo, é importante ressaltar que a enfermagem possui diversas atividades voltadas para a promoção, prevenção, estabelecimento e recuperação da saúde. Dessa forma, o profissional de enfermagem atua na coordenação e incentivo de práticas focadas em seu objetivo. (COFEN, 2019)

A revista Crescer (2018) conta que esse tema se tornou uma discussão viável após um grave acidente envolvendo uma criança de dez anos durante uma excursão escolar na cidade de Campinas, São Paulo. O menino chamava-se Lucas Begalli e perdeu a vida por asfixia mecânica, a qual ocorreu em questão de minutos. Ou seja, ele se engasgou com um pedaço de salsicha do cachorro-quente servido como lanche no passeio. Porém não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada. Lucas chegou a ser transferido para a UTI, ele sofreu sete (07) paradas cardíacas em cinquenta minutos com diversas tentativas de ressuscitação, mas não resistiu e veio a óbito.

Entende-se que a tentativa de ressuscitação deveria ter sido realizada antes da chegada da UTI móvel na localidade. Talvez essa ação guardaria a vida da criança. No entanto esse grave acontecimento motivou a criação da Lei 13.722 de 2018, a qual ficou conhecida como a Lei Lucas. Cabe ressaltar que ela torna

obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos escolares públicos e privados. (BRASIL, 2018)

Nesse contexto, seu principal objetivo é fazer com que os profissionais da área da educação aprendam as principais ações de atendimento inicial de emergência até que um atendimento especializado chegue, melhorando o prognóstico de uma vítima, evitando dano, lesão ou morte. (NETO et al., 2018)

Pode-se compreender que capacitar professores e funcionários a terem reconhecimento da urgência, a saberem realizar o atendimento rápido, como chamar a ajuda, além de iniciar o pronto atendimento básico de urgência e emergência a criança é crucial para salvar a vida da população escolar. Ressalta-se que a promulgação dessa lei visa proteger as crianças do ensino infantil e básico de acidentes comuns, que podem ocorrer. (LIBERAL et al., 2005)

Segundo a Lei, pelo menos uma parte dos profissionais de cada estabelecimento de ensino deverá receber a capacitação em primeiros socorros. Os cursos deverão ser organizados pelas redes de ensino e ofertados anualmente aos profissionais. Os estabelecimentos ficam obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização do curso e a ter disponível kits de primeiros socorros. O não cumprimento da Lei poderá resultar em penalidades que vão de multa a cassação do alvará de funcionamento. (BRASIL, 2018)

Diante disso, a presente pesquisa buscará responder a seguinte pergunta: Quando a educação começou a pensar sobre a realização dos treinamentos de primeiros socorros como uma demanda institucional?

Entende-se que as escolas são locais de promoção da saúde e prevenção de doenças, é o local onde a criança passa boa parte do tempo e é exposta a diversos riscos. O profissional deve ser priorizado como protagonista de educação em saúde de forma preventiva com ênfase nos primeiros socorros, além de ensinarem aos atores escolares a importância do rápido atendimento no salvamento de vidas.

O objetivo geral deste estudo visa compreender o surgimento da importância do conhecimento sobre noções básicas de primeiros socorros no âmbito escolar, de quando a área de educação compreendeu a importância desta prática nas escolas, creches, no atendimento a criança com algum tipo de demanda em questão. Este se desdobra nos seguintes objetivos específicos; esboçar conceitos sobre a enfermagem e sua importância no âmbito escolar; identificar a atuação do profissional de enfermagem no ambiente escolar.

O estudo traz como justificativa no âmbito escolar, bem como locais onde o público infantil é frequente, observa-se que ocorre vários tipos de pequenos acidentes, pois, o cotidiano da maior parte das crianças em algum momento envolve algum tipo de atividade física como corrida, escaladas em brinquedos etc. A carência de conhecimento de noções de primeiros socorros dos professores e colaboradores das escolas e creches, é fator importante quando se trata do bem-estar e saúde das crianças.

A ideia de ter primeiros socorros nas escolas é uma lacuna de conhecimento tanto no estudo como na prática. Uma vez que o ambiente escolar, o qual possui extrema relevância na formação do cidadão, além de ser um ambiente onde a criança vivencia parte considerável do seu dia, necessita trabalhar temas voltados para a saúde humana. Pois é entendível que esse modo de educação pode contribuir para a prevenção de acidentes e agravos, além da promoção da saúde com ênfase em acidentes por queda, engasgo ou intoxicação. (LIMA et al., 2016)

A relevância acadêmica dentro do que é importante para o papel do enfermeiro na motivação, desenvolvimento e capacitação quanto ao atendimento dos primeiros socorros na área da educação, dentro de escolas, creches. O conhecimento e entendimento dos acadêmicos, sobre o conceito de primeiros socorros no cuidado nas escolas se faz necessário, desta forma, preencherá os requisitos para se fazer a diferença quanto profissionais.

A relevância técnica e científica que visa a compreensão adequada bem como a otimização do serviço público, do serviço móvel de urgência e emergência, evitando assim chamadas desnecessárias ou simples estabilização que fariam diferença entre a vida e a morte, como consta na Política Nacional de Atenção Básica. (PNAB,2017)

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Marco zero no Sistema Único De Saúde

De acordo com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser direito de todos e dever do Estado e por esse motivo, compreende-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela coletividade. (SALES et al.,2019)

Nesse sentido, Ministério da Saúde afirma que:

O SUS pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas na constituição de 1988 seus princípios apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixam de ser restritos e passam a ser universais da mesma forma deixam de ser centralizados e passam a ser nortear-se pela descentralização. (BRASIL, 2020, p.5)

Sendo uma agregação sistêmica de saúde pública, num país onde a apresentação de área é equivalente à um continente que engloba diferentes culturas, interesses, climas e peculiaridades regionais. Em sua gestão compreende União, Estados e Municípios com a garantia da participação dos clientes no sistema. O SUS é considerado e compreendido como um conjunto de ações e serviços públicos de saúde, constituindo uma rede de atenção hierarquizada, descentralizada, com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Resumidamente, é uma política pública prevista em constituição, que estabelece ações, que formam uma rede e constituem assim o SUS. (PAIM, 2009; FERNANDES, SOUSA, 2020)

A importância da assistência à saúde, enquanto prática social, para cobrar de seus gestores os serviços e ações necessárias para o seu bom funcionamento. A questão das políticas públicas do SUS, devido a necessidade de proceder a uma releitura de fatos advindos do processo, uma vez que nem todos têm acesso a saúde. (ANDRADE; CRUZ, 2021)

A Constituição Federal (1988, p. 113) aponta que o

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A construção do campo saúde enfrenta inúmeras adversidades, todavia, vários trabalhos foram construídos e implantados no começo da implementação do SUS,

evidenciando: as Leis orgânicas 8.080 e 8.142 ambas de 1990, Normas básicas e operacionais, as Emendas Constitucionais n.º 29, 51 e 63, os Pactos de Saúde e o Decreto 7.508/2011, que serviram para regulamentar, organizar e fiscalizar os serviços de saúde.

É importante ressaltar, a parte da historicidade da saúde no Brasil, para que a sociedade possa conhecer e tomar decisões que poderão direcionar as ideias de uma Política Pública de Saúde igualitária, em que todos desfrutem dos mesmos benefícios. (ANDRADE; CRUZ, 2021)

A totalidade das ações e serviços no âmbito do SUS deve ser desenvolvida em um conjunto de estabelecimentos organizados em rede regionalizada e hierarquizada para cada município, voltado ao atendimento integral da população e inseridos de forma indissociável no SUS em suas abrangências estadual e nacional. (CNS, 1996)

Esse sistema de saúde público é oriundo das reivindicações e bandeiras de luta que ganharam força no país durante o período de Ditadura militar, em 1964. A reforma sanitária ganhou força e abrangência, tendo como componentes as bases universitárias, o movimento estudantil, o movimento médico e os projetos institucionais. (PAIM, 2008)

O binômio educar e cuidar como indissociável: Para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. (BRASIL, 2010)

[...] nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BNCC, 2018, p. 36)

O Ministério da Saúde (2003) define primeiros socorros como os cuidados imediatos que devem ser realizados a vítima de acidente ou de mal súbito a fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada. De acordo com o DATASUS, os acidentes caracterizam-se como a principal causa de morte de crianças no Brasil, sendo que anualmente mais de 3.300 vão a óbito por este motivo e outras 112 mil são internadas em estado grave.

Conforme a história, esse conjunto tem se associado à razão mais comum de morte em crianças a partir de um ano e adolescentes, além de resultar em inúmeras sequelas entre os sobreviventes. (ANTUNES et al., 2022)

Neste cenário, no Brasil, os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade demonstram que 51,25% dos óbitos ocorridos, em 2019, na faixa etária de 01 a 19 anos, foram motivados por causas externas vão desde os de natureza sociológica, econômica, política, cultural, passando pelos psicológicos e psicopatológicos, até os genéticos e biológicos. (BRASIL, 2019)

Continuando neste contexto, um inquérito realizado em 2014, em serviços de urgência e emergência de 24 capitais brasileiras e no distrito federal, identificou pelo Data SUS que 33,27% dos atendimentos por causas acidentais envolveram indivíduos de zero a 19 anos. (BRASIL, 2019)

2.2 Avanços e conquistas do Sistema Único de Saúde

São “inquestionáveis” os avanços do SUS em favor das necessidades da população, a exemplo, a atenção básica que pode chegar a 80% de atendimento às necessidades de saúde. O autor destaca a excelência dos serviços pré-hospitalares de urgência e emergência (SAMU); dos hemocentros; da área de vigilância sanitária; internacionalmente reconhecida; das especialidades no atendimento a pessoas com deficiência e doenças crônicas; do acesso livre e universal ao tratamento de HIV e, também, do serviço de transplantes, considerado um dos mais produtivos do mundo. (SANTOS, 2018)

Em seu estudo Lima et al (2018) chama atenção para os avanços conquistados ao longo desses 30 anos de SUS. O autor destaca a cobertura do Programa Saúde da Família, que atingiu mais de 60% da população e que vem contribuindo para a redução da mortalidade infantil e de doenças cardiovasculares, e a ampliação do

Programa Nacional de Imunizações que aumentou a cobertura vacinal, principalmente entre crianças e idosos. A política de saúde também tem logrado êxito na redução da prevalência de fumantes e na execução de estratégias para controle de epidemias.

Os impactos positivos da política de saúde são discutidos, que acrescenta a iniciativa nacional de fornecimento de medicamentos gratuitos e de forma universal, tanto por meio da farmácia básica quanto da farmácia popular. Considerando a transição demográfica da população e os padrões de saúde nas diferentes regiões do país, a autora afirma que a expansão do SUS não só conseguiu reduzir a carga de doenças na população, como também as desigualdades entre as regiões brasileiras. (SOUZA et al., 2018)

A ampliação do conceito de saúde como política social e econômica, e a sua abrangência com ações de prevenção, promoção e recuperação, são visíveis no estudo realizado por Souza et al (2018), com os indicadores de saúde em 1990 e em 2015. Nesse período, a taxa de mortalidade entre menores de cinco anos diminuiu em 67,6%; a expectativa de vida aumentou de 67,7 para 74,4 anos; a taxa de mortalidade geral reduziu em 28,7%; ocorreu redução de 40,5% das doenças cardiovasculares; redução de 29,9% das doenças respiratórias crônicas. Também são observadas quedas nos índices de desnutrição infantil, de mortalidade por doenças transmissíveis, materno-infantil e causas evitáveis de morte. (COUTINHO, 2019)

Todas essas mudanças ocorreram em um período em que a redemocratização foi estabelecida no país, ocorreu importante crescimento econômico, estruturaram-se uma série de políticas de proteção social e é o período em que o SUS emerge e se estabelece como estratégia definitiva para prover a sociedade brasileira com um sistema de saúde adequado às suas necessidades. Ao lado dos avanços econômicos e sociais existem evidências de que o SUS tenha uma parcela de contribuição para as mudanças aqui observadas e em especial para minorar algumas desigualdades existentes. (SOUZA et al, 2018, p. 1742)

Em 1981, os recursos públicos (incluindo os advindos das previdências) financiaram 6,3 milhões de atendimentos de saúde. Em 2013 foram mais de 17,6 milhões de atendimentos realizados com recursos provenientes do SUS. De 1995 a 2016 o número de internações realizadas anualmente na rede pública ficou em torno de 11 milhões. Essa ampliação dos recursos materiais e humanos, bem como o aumento na oferta dos serviços de saúde, acontece aliada às transformações demográficas, sociais e econômicas, nas quais houve aumento da expectativa de vida, e conseqüente crescimento no número de idosos. (VIACAVA, 2018)

Além desses indicadores sobre a oferta e o acesso à política de saúde, podemos destacar a ampliação do SUS mediante aprovação de regulamentações e políticas ao longo dos anos.

A partir do exposto, a seguir encontra-se o Quadro 1 com a seguinte cronologia dos avanços nas conquistas das políticas do SUS:

Quadro 1 - Conquistas do SUS

ANO	PRINCIPAIS AVANÇOS OBTIDOS
1988	Reconhecimento da saúde como direito universal na Constituição da República.
1990	Aprovação das Leis nº 8.080 e 8.142.
1991	Estruturação da rede de atenção básica em saúde com o programa de Agentes Comunitários de Saúde.
1992	Aprovação da Norma operacional básica e do Programa de reorganização dos serviços de saúde.
1993	Descentralização e municipalização dos serviços e extinção do INAMPS.
1994	Estruturação da Saúde da família em equipes multidisciplinares.
1995	Regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria no SUS.
1996	Distribuição de medicamentos aos portadores de HIV/Aids e redefinição da relação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
1997	Criação do Piso da Atenção Básica " e Criação do Disk Saúde.
1998	Criação do SAMU e aprovação do Plano Estratégico de Mobilização Comunitária para o Combate à Dengue.
1999	Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Política Nacional dos Medicamentos Genéricos.
2001	Aprovação da Lei nº 10.216 - Política Nacional de Saúde Mental.
2002	Publicação da Norma Operacional de Assistência à saúde, que define a regionalização e a assistência à saúde e criação das Políticas Nacionais da Pessoa com Deficiência de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e de Redução da morbimortalidade por Acidentes e Violências
2004	Criação das Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de Humanização do SUS e de Saúde do Trabalhador; Criação dos Programas Brasil Sorridente e farmácia popular.
2005	Criação da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
2006	Aprovação dos Pactos pela vida, em defesa do SUS. Publicação da Política de Saúde da Pessoa idosa.
2007	Criação da Política Nacional sobre o Alcool e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
2009	Lançamento da Campanha Nacional de Prevenção à Influenza H1N1, Criação da Política Nacional de Saúde do Homem e Inauguração do centro de estudo para produção de células tronco.
2010	Criação da Universidade Aberta do SUS e da Secretaria Especial de Saúde Indígena.
2011	Implementação da Estratégia Rede Cegonha, aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Regulamentação do Cartão Nacional de Saúde e Criação do Programa Saúde Não tem Preço lançamento do Programa Melhor em Casa.
2012	Sancionada a Lei Complementar nº 14 1/201 2 que estabelece os valores mínimos

	serem aplicados no SUS por cada ente federativo, publicação da Política Nacional da Atenção Básica.
2013	Criação do Programa Mais Médicos, instituição da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e da Política Nacional de Atenção Hospitalar com diretrizes para a Rede de Atenção à Saúde, Publicação da Política Nacional de Humanização; Fica Estabelecido o atendimento obrigatório e integral as pessoas vítimas de violência Sexual.
2015	Criação da Política Nacional de Atenção integral a Saúde da Criança.
2018	Aprovação da lei 13.714 que assegura o acesso à saúde das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Fonte: Brasil (2018)

É o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. (BRASIL, 2020)

2.3 A importância dos primeiros socorros para os profissionais da educação

No que se refere aos primeiros socorros, pode se conceituar como o ato de atendimento imediato em determinado momento, ao se deparar com uma vítima de acidente doméstico ou não, reconhecendo a condição de risco a que a vítima está exposta e promovendo condições para um posterior atendimento intra-hospitalar. Para isso é necessário que o indivíduo esteja habilitado a exercer procedimentos básicos de primeiros socorros através de conhecimentos e treinamentos adequados para a situação. (BACICH e MORAN, 2019)

A educação e saúde estão correlacionadas ambas na busca do saber. Com isso, destaca-se a importância do profissional de saúde, enfermeiro, como a figura principal que levará conhecimento às escolas, capacitando e fazendo a diferença. (MORENO, 2021).

De acordo com o Ministério da Saúde (2006), fala que uma técnica de confecção de didática educativa sobre conhecimentos de educação em saúde visando uma adequação à temática, ou seja, é um conjunto de práticas pretendendo ampliar autonomia das pessoas no seu cuidado tencionando alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades.

Os profissionais que atuam no ambiente escolar, sejam eles professores ou funcionários, devem receber treinamentos formais e continuados para enfrentar as situações de emergências no ambiente escolar, uma vez que as crianças e adolescentes em idade escolar são mais vulneráveis a sofrerem as situações de emergências devido a características próprias do desenvolvimento, físicas e comportamentais, incluindo vias aéreas mais estreitas, menor massa corporal e pele mais fina e mais suscetível a lesões. (CALANDRIM, 2017, p. 292)

Apesar da relevância, o assunto primeiro socorros ainda é pouco difundido, sendo restrito na maioria das vezes aos profissionais de saúde. (CABRAL, 2019)

Essas mortes precoces podem ser consideradas evitáveis, em sua maioria, desde que garantido o acesso em tempo oportuno a serviços qualificados de saúde. Decorrem de uma combinação de fatores biológicos, sociais, culturais e de falhas do sistema de saúde. As intervenções dirigidas à sua redução dependem, portanto, de mudanças estruturais relacionadas às condições de vida da população, assim como de ações diretas definidas pelas políticas públicas de saúde. (BRASIL, 2009, p.7)

A educação em saúde é um método que reúne a promoção de saúde e a troca de conhecimento entre a sociedade e o profissional de saúde, promovendo o autocuidado e sendo considerado de grande relevância na prevenção de acidentes. Refere-se a um sistema complexo e que faz parte dos programas de saúde pública, abordando a sociedade e seus contextos social. (HANAN; COSTA, 2010; NARDINO *et al.*, 2012; TINOCO; REIS; FREITAS, 2014; PEREIRA *et al.*, 2015)

Essa troca de conhecimento que a educação em saúde oferece, proporciona o ensino, aprendizado e a expandir a visão para elaboração de uma assistência integral e humanizada. (OLIVEIRA *et al.*, 2015)

2.4 A importância de conhecer as técnicas dos primeiros socorros

Os primeiros socorros são atendimentos realizados de emergência ao enfermo que precisam de ajuda imediata, seja por mal súbito ou acidentes. Onde intervenções imediatas tem como principal objetivo manter as funções vitais da pessoa, a fim de evitar a piora do quadro até a chegada de um atendimento especializado ao local. Tornando-se primordial, em muitas das vezes na eminência de salvar uma vida, portanto, todos devem ter noções básicas de como agir em situações adversas de emergências. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2003)

Vale enfatizar, que é de suma relevância que o socorrista mantenha a calma, afaste os observadores e certifique-se para que uma assistência especializada seja

acionada de forma correta, onde o socorrista irá designar alguém para acionar o serviço de emergência e/ou ele mesmo o faça de modo a fim de garantir que chegue o mais rápido possível. (BRASIL, 2003)

É extremamente importante que a população em geral seja estimulada a aprender técnicas de primeiros socorros, pois os acidentes podem acontecer a todos e o atendimento correto e rápido pode salvar uma vida ou pelo menos minimizar a dor de sequelas no futuro. (SILVA; SÁ, 2007)

A relevância de atendimentos de primeiros socorros reside no fato de que, apesar da grande maioria dos acidentes poderem ser evitados, quando eles ocorrem, alguns entendimentos simples podem reduzir o sofrimento, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas. Mas, do mesmo modo, um serviço de atendimento de emergência mal executado tem um potencial para comprometer ainda mais a saúde da vítima. (MANCINI; ROSENBAUM; FERRO, 2002)

2.5 Educação em saúde nas escolas

De acordo com Pelicioni e Gikas (1992), a literatura salienta que a educação é considerada um dos mais importantes recursos na prevenção de acidentes, devendo estar presente em todos os programas escolares e, mais, recentemente, está sendo incorporada nos locais de trabalho, que se constituem em espaço ideal para fortalecer a introdução de políticas preventivas em relação aos acidentes.

Contudo, aponta que a educação é um processo de constante troca, atuando como meio de transição e reorganização de condutas que possibilitam ambientes saudáveis. A educação é uma forma de intervenção no mundo. (FREIRE, 1999)

Vale evidenciar, que situações de agravo à saúde são suscetíveis no contexto escolar, afetando crianças, por exemplo, o que faz necessário ações de prevenção e promoção de saúde no ambiente escolar, onde a capacitação torna-se essencial para a preparação dos profissionais da educação. (ZONTA *et al.*, 2019)

A educação em saúde é um método que reúne a promoção de saúde e a troca de conhecimento entre a sociedade e o profissional de saúde, promovendo o autocuidado e sendo considerado de grande relevância na prevenção de acidentes. Refere-se a um sistema complexo e que faz parte dos programas de saúde pública, abordando a sociedade e seus contextos sociais. (MORENO; FONSECA, 2021)

Ainda em seu estudo Moreno e Fonseca (2021), afirma que de acordo com Oliveira et al. (2015), ressalta que a troca de conhecimento que a educação em saúde oferece, harmoniza o ensino, aprendizado e a ampliar-se a visão para laboração de uma assistência integral e humanizada.

Na atualidade, a educação em saúde no que se refere aos primeiros socorros está limitada aos profissionais de saúde e aos estudantes. Porém se faz necessário a facilitação do acesso à população leiga, uma vez que os acidentes frequentemente ocorrem em ambientes domésticos e escolares, promovendo assim um atendimento imediato e qualificado. (MARTINS et al., 2018)

Portanto, a educação em saúde pelos primeiros socorros, além de ser eficaz quando for necessária a determinado indivíduo, impede que haja a manipulação equivocada da vítima, causando inúmeras vezes lesões irreversíveis. Da mesma forma, busca evitar solicitações de atendimento móvel de urgência (SAMU), muitas vezes desnecessárias, razão pela qual muitos outros acidentados deixam de ser atendidos. (SILVA et al., 2018)

Na promoção da saúde individual ou em grupo, onde uma socialização com determinadas técnicas e a sensibilização de leigos quanto ao cuidado básico em urgência/emergência são capazes de contribuir para a criação de ambiente favorável, as quais supõem reflexões sobre a disposição prévia do indivíduo para socorrer, com responsabilidade e autocontrole priorizando sempre a vítima e mantendo um senso de organização onde a capacidade de iniciativa, a calma, rapidez e o entendimento de suas restrições é fundamental. (FONTANA et al., 2009)

A enfermagem tem um papel importante na sociedade de promoção e educação em saúde, abrangendo o ambiente escolar, com ações e programas que permitem a reflexão sobre a segurança do ambiente e o cuidado da saúde do indivíduo, de forma a promover um espaço mais seguro e adequado. Na sociedade, o enfermeiro apresenta grande importância como educador em saúde no cuidado e atenção quanto aos possíveis riscos de acidentes, desenvolvendo práticas de capacitação e educação da população sobre primeiros socorros. Possui o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, diminuindo os riscos e adquirindo um atendimento primário eficiente. (MARTINS et al., 2018)

2.6 Lei Lucas e suas atribuições

A Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, também conhecida como Lei Lucas, estabelece a indispensabilidade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros a professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. O seu objetivo é aumentar a segurança de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar ou recreativo, oferecendo um entendimento indispensável para que os profissionais possam enfrentar situações emergenciais. (BRASIL, 2018)

A Lei 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, no artigo 11 refere ao papel do enfermeiro quanto educador em busca da melhora e restabelecimento da saúde da população. (BRASIL, 1986)

A atuação do enfermeiro nesse sentido faz parte da sua profissão e mostra sua relevância em ambientes pedagógicos da saúde. Ao que se refere aos primeiros socorros, se dá ao atendimento imediato a vítima que apresenta risco à sua integridade física. Possui o intuito de garantir as funções básicas de vida da pessoa acidentada, de forma a evitar a piora do quadro de saúde até a obtenção de um suporte técnico especializado. Esse atendimento primário ocorre em ambiente pré-hospitalar, onde acontece a observação e análise da situação. (NECKER, 2019)

A Lei Lucas surgiu em decorrência de uma fatalidade que ocorreu em setembro do ano de 2017 com um menino de 10 anos de idade, conhecido como Lucas Begalli, estudante de uma escola particular de Campinas/SP, onde, durante um passeio escolar na cidade de Cordeirópolis (SP), comeu um cachorro-quente e sofreu um engasgo com um pedaço de salsicha.

Contudo, não recebeu os primeiros atendimentos (primeiros socorros) de forma rápida e adequada, vindo a óbito dois dias depois por decorrência de asfixia mecânica. “Quando o SAMU chegou no local, já não havia muito a ser feito para salvar a vida do meu filho, o que deixa claro que esperar pelo socorro não é suficiente. São os primeiros minutos que podem salvar uma vida, afinal, quanto tempo você consegue ficar sem respirar?”, contou Alessandra Begalli Zamora, em entrevista exclusiva à CRESCER.

Em depoimento (2021) a mãe Alessandra Begalli Zamora, fala da sua luta para ressignificar a morte de seu filho único, de acordo com ela, não havia nenhum profissional capacitado para prestar o serviço de primeiros socorros. O que motivou

buscas, na legislatura sobre o que havia de obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados em educação e recreação terem um profissional devidamente capacitado em atendimentos aos serviços de primeiros socorros.

Alessandra Begalli Zamora, Advogada, mãe do Lucas, cofundadora do Movimento Vai Lucas, fundadora do Instituto Lucas e idealizadora da Lei Lucas.

[...] lei estadual que fala que as escolas devem colocar na grade curricular dos alunos o assunto: primeiros socorros, além da capacitação dos professores para lidar com situações como a que aconteceu com meu filho. Não pensei duas vezes para procurar a Câmara Municipal de Campinas, cidade onde moro, que se dispôs a fazer o primeiro projeto da Lei Lucas (uma lei municipal, sendo assim). E não luto por esta causa apenas para resgatar a memória do meu menino ou para homenageá-lo. O que realmente me importa é contribuir para que outros pais não passem pela dor que eu passo diariamente, afinal, nada vai trazer meu filho de volta. (ZAMORA, 2018, p.4).

Entre todos os responsáveis que estavam no passeio, funcionários do colégio, da empresa de turismo e da fazenda, não havia ninguém capacitado para desengasgar meu filho. Ele não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada (manobra de Heimlich ou de desengasgo + RCP). Socorrido pelo SAMU, foi levado, inconsciente, às pressas para a Santa Casa de Limeira em estado gravíssimo, com quadro de parada cardiorrespiratória e sinais de morte cerebral. Acabou partindo dias depois, em decorrência de asfixia por engasgamento. (ZAMORA, 2021)

Em 2018 após ser aprovada no Congresso Nacional, o dirigente sancionou a Lei Nº 13.722/2018 denominada como Lei Lucas, onde a proposta obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica a fazerem curso de capacitação de professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros, no intuito de salvar vidas e evitar que possíveis incidentes terminem em tragédias.

Cabe salientar segundo a Lei Nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, no que se refere ao artigo 2º:

[...] os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergência e urgência médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível. [...] § 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação. § 2º Os estabelecimentos de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor

de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população. (BRASIL, 2018, p.1)

Todavia, vale evidenciar também que a demonstração do conhecimento frente às situações de primeiros socorros garante direitos previstos no Estatuto da criança e do adolescente e que, observando o vasto período em que os alunos passam em ambiente escolar, cabe salientar a possibilidade de acidentes que possam comprometer sua integridade física é grande.

2.7 A Atuação Do Enfermeiro Como Multiplicador Do Saber

A Constituição Federal de 1988 nos artigos 196 e 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu 4.º artigo diz que: “o acesso à saúde da população, trazendo com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à Saúde, entre outros.” O ECA também aborda que,

a garantia de prioridade compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias” além de citar que “a criança e adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990, p.12)

Pesquisas encontradas no Data SUS, na plataforma do TABNET (2020) apresentam óbitos por causas que poderiam ser evitadas em crianças menores de 5 anos no Brasil. Sendo assim, a quantidade de óbitos infantil chegou a 31,439 no ano de 2020 no Brasil como mostra a tabela 01, sendo as regiões mais afetadas o Sudeste e o Nordeste.

Tabela 1 – Óbitos Infantil 2020 – TABNET

Região	Valores	Porcentagem
Nordeste	9,9997	32%
Norte	4,386	14%
Sul	3,404	11%
Sudeste	2,578	35%
Centro-Oeste	2,578	8%

Fonte: Tabnet (2020), DATASUS

O autor Loder (2008) criou um estudo e os resultados foram de mais de 22 mil vítimas de acidentes em playgrounds e nos casos específicos em escolas a maioria foram vítimas do sexo masculino. Abaixo segue a tabela 02 com as lesões que foram apresentadas no estudo.

Tabela 2 – Lesões em playgrounds da pesquisa de Loder

Lesões	Número
Fraturas	39
Contusões	20
Lacerações	16
Entorses	9
Lesão Traumática Cerebral	8

Fonte: Loder (2008)

Segundo a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que foi criada com o intuito de criar mudanças nas práticas dos trabalhos em saúde e segue desde 2004. A educação permanente funciona a partir da análise no local de trabalho e daí por diante colocar em prática o ensino, oferecido pelos próprios profissionais que ali trabalham e auxilia na atenção básica, criando também vínculo com PNAB. (Política Nacional de Atenção Básica, 2014)

O profissional da enfermagem, por exemplo, poderá introduzir exercícios aos funcionários, instruindo na intervenção imediata durante uma emergência. O Ministério da Saúde (2018) traz a definição de educação em saúde e pode-se dizer que a educação permanente e a saúde estão completamente associadas, por este motivo os enfermeiros como multiplicadores de conhecimento, garante a oferta de disseminação do saber de primeiros socorros, no ambiente escolar para leigos, auxiliando na estruturação social e, promovendo informação. O profissional de enfermagem como multiplicador, trabalhando com palestras pratica a educação permanente.

Em seu Art. 3º a portaria nº 3.194, de 28 de novembro de 2017 do programa para o fortalecimento das práticas de educação permanente em saúde no sistema único de saúde - PRO EPS-SUS. Mostra os objetivos específicos do PRO EPS-SUS, sendo eles:

- I- Promover a formação e desenvolvimento dos trabalhadores no SUS, a partir dos problemas cotidianos referentes à atenção à saúde e à organização do trabalho em saúde; [...]
- II- Contribuir para a identificação de necessidades de Educação Permanente em Saúde

dos trabalhadores profissionais do SUS, para elaboração de estratégias que visam qualificar a atenção e a gestão em saúde, tendo a Atenção Básica como coordenadora do processo, e fortalecer a participação do controle social no setor, produzindo impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva; [...] III - Fortalecer as práticas de Educação Permanente em Saúde nos estados, Distrito Federal e municípios, em concordância com as necessidades para qualificação dos trabalhadores e profissionais de saúde; [...] IV - Promover a articulação intra e interinstitucional, criando compromissos entre as diferentes redes de gestão, de serviços de saúde e educação e do controle social, com o desenvolvimento de atividades educacionais e de atenção à saúde integral, possibilitando o enfrentamento criativo dos problemas e uma maior efetividade das ações de saúde e educação; [...] V - Estimular o planejamento, execução e avaliação dos processos formativos, compartilhados entre instituições de ensino, programas de residência em saúde e serviços de saúde, tendo os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde - COAPES, de que trata a Portaria Interministerial n.º 1.127/MS/MEC, de 4 de agosto de 2015, como dispositivo norteador para favorecer a integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente da rede de saúde. (BRASIL, 1990, p.10).

Para Bravin (2008), a aprendizagem é importante no contexto da educação permanente, fornecendo a troca do saber ao utilizar as técnicas de educação no trabalho.

Por fim, para o Ministério da Saúde através da Educação Permanente em Saúde (2014), é relevante a implementação da educação permanente por meio de análise para mudanças que de fato tragam um melhor desenvolvimento para a atenção básica da saúde também em âmbito infantil, lugares onde o público são crianças, lidando com cada contexto e equipe de trabalho para que se obtenha efetividade em todo o processo.

É crucial que o profissional da área de saúde reproduza seus conhecimentos e suas execuções de cuidado, multiplicando este saber para os funcionários das instituições de ensino infantil, desenvolvendo informações para os colaboradores. (RAMOS, 2018)

O desempenho do profissional de enfermagem como multiplicador educador gera evidência de que seu papel em ambientes pedagógicos da saúde, é elemento fundamental em sua profissão, é arte e ciência. (GIJSEN, KAISER, 2013)

3. METODOLOGIA

O estudo será desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, narrativa, descritiva, qualitativa sobre a relevância da compreensão dos primeiros socorros no ambiente escolar, com ênfase na Lei Lucas.

A pesquisa em relação a Marconi e Lakatos (2010, p. 44), a metodologia de pesquisa, “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais.”

Assim, o projeto será um estudo de revisão sistemática que abrange conhecimentos científicos realizados e aprazados em esferas do entendimento em relação a temática desenvolvida, viabilizando um esclarecimento aprofundado dos dados expostos. (MARCONI et al., 2010)

É relacionado a questão descritiva, pois descreveu conceitos de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas onde são recolhidas informações mais específicas e detalhadas (SILVA; MENEZES, 2000). Além de ser baseado em pesquisa bibliográfica, com embasamento científico, sobre a importância da Educação em Saúde Escolar na formação do indivíduo e os dados coletados serão através da literatura e artigos de referência na área.

A pesquisa será realizada de cunho qualitativo, uma vez que procura estruturar informações, com o intuito de investigação. No que se refere a este tipo de pesquisa, Severino (2007, p. 122) descreve que se trata de um

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

As revisões sistemáticas assumem diversas formas, a integração narrativa (qualitativa) que surge e sintetiza descobertas, muito semelhante a uma rigorosa revisão de literatura. Para a consistência da ênfase de estudo quantitativo, as revisões narrativas têm sido substituídas cada vez mais por outro tipo, conhecido como metanálise. (POLIT, 2019)

A contribuição dos pesquisadores referenciados neste projeto permitirá a discussão da temática proposta com bases científicas viabilizando um melhor discernimento do assunto estudado, e assim foi realizado o estado da arte com os artigos científicos entre fevereiro e março de 2023, a partir de pesquisa eletrônica em sítios com acesso público tais como na SciELO-Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (BVS), Biblioteca Virtual em Saúde e Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ainda foram considerados os artigos identificados na bibliografia dos artigos selecionados para o estudo.

A estratégia de busca foi construída com os descritores utilizados para a localização dos artigos, que se realizou de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), “Primeiros Socorros “; “Enfermagem”; “Educação em saúde” sendo utilizado o bolear “AND” com os cruzamentos dos descritores nas bases de dados eletrônicos e sites científicos de acesso livre.

Os critérios de inclusão dos artigos determinarão os parâmetros limitadores da busca inicial: artigos científicos que responderam à questão norteadora deste estudo, pesquisa em sítios eletrônicos de acesso público, disponíveis online e na íntegra, sendo eles publicados nos últimos 10 anos em inglês e/ou português, e como critérios de exclusão: artigos não disponíveis na íntegra e além disso as publicações que não estavam no formato de artigo científico como: monografias, teses, editoriais, artigos de opinião, relato de casos, debates e resenhas.

E será optado por esta escolha por considerar que muitos destes estudos, podem não terem sido submetidos a um rigoroso processo de avaliação, uma vez que esta revisão, realizada por pares, garante a qualidade do artigo e a observância quanto ao rigor metodológico científico.

Após a identificação preliminar dos artigos nos sítios eletrônicos escolhidos, serão realizadas leituras dos títulos, resumo dos artigos e posteriormente a leitura na íntegra dos artigos que compuseram este estudo.

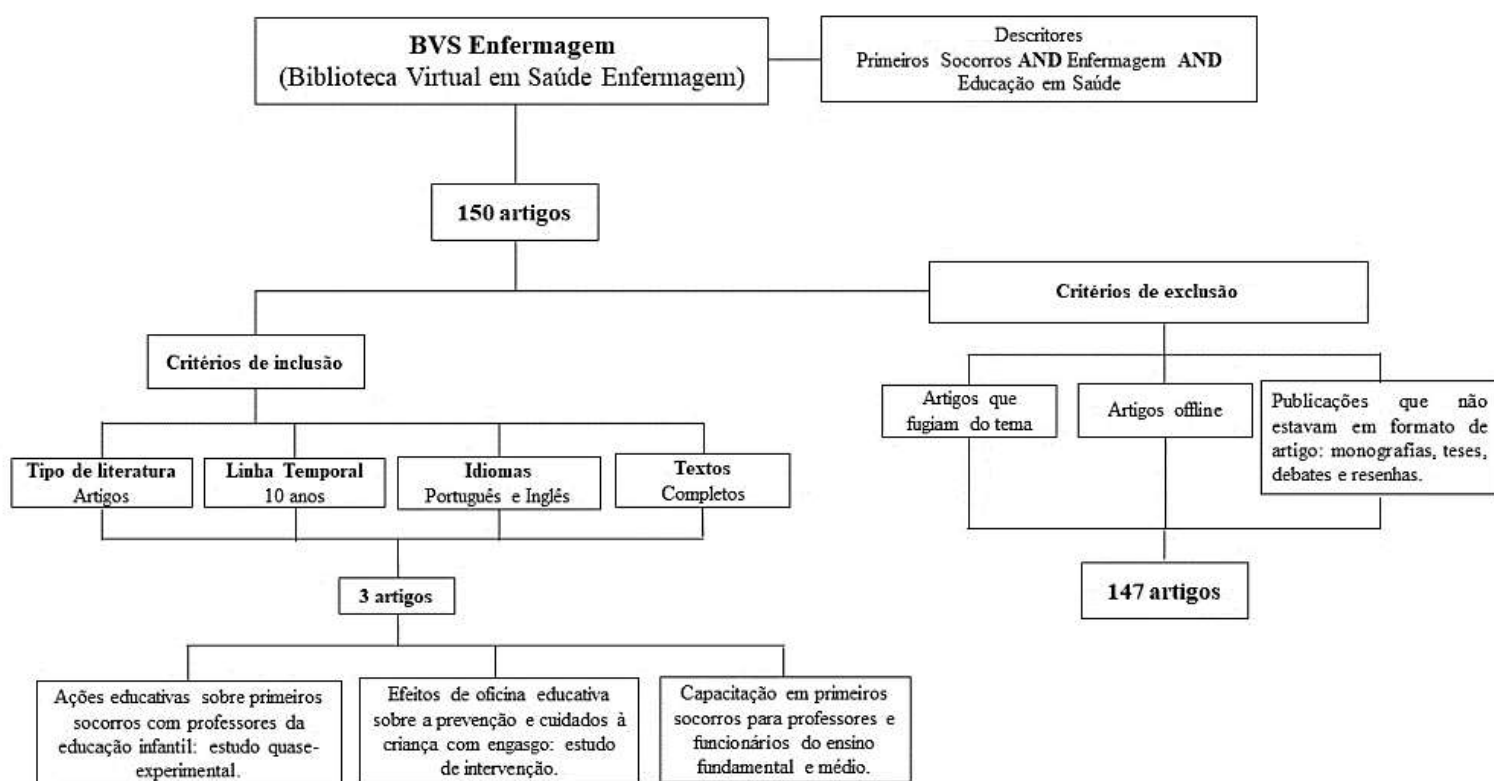
Nesta etapa, além de considerar os critérios de inclusão, foram excluídos da amostra os artigos repetidos em mais de um sítio e os que não relacionavam com a temática. Em caso de identificar artigos repetidos em outras bases, será considerado apenas o primeiro artigo.

Para análise dos dados será utilizado Bardin (1977) para facilitar a compreensão dos artigos encontrados.

Logo abaixo consta como será feita as pesquisas realizadas:

Foram encontrados 150 estudos, 122 foram excluídos por não preencherem aos critérios de inclusão, 28 estudos foram selecionados e lidos por títulos e resumos, 25 foram excluídos. Para a leitura na íntegra 03 estudos foram selecionados para revisão.

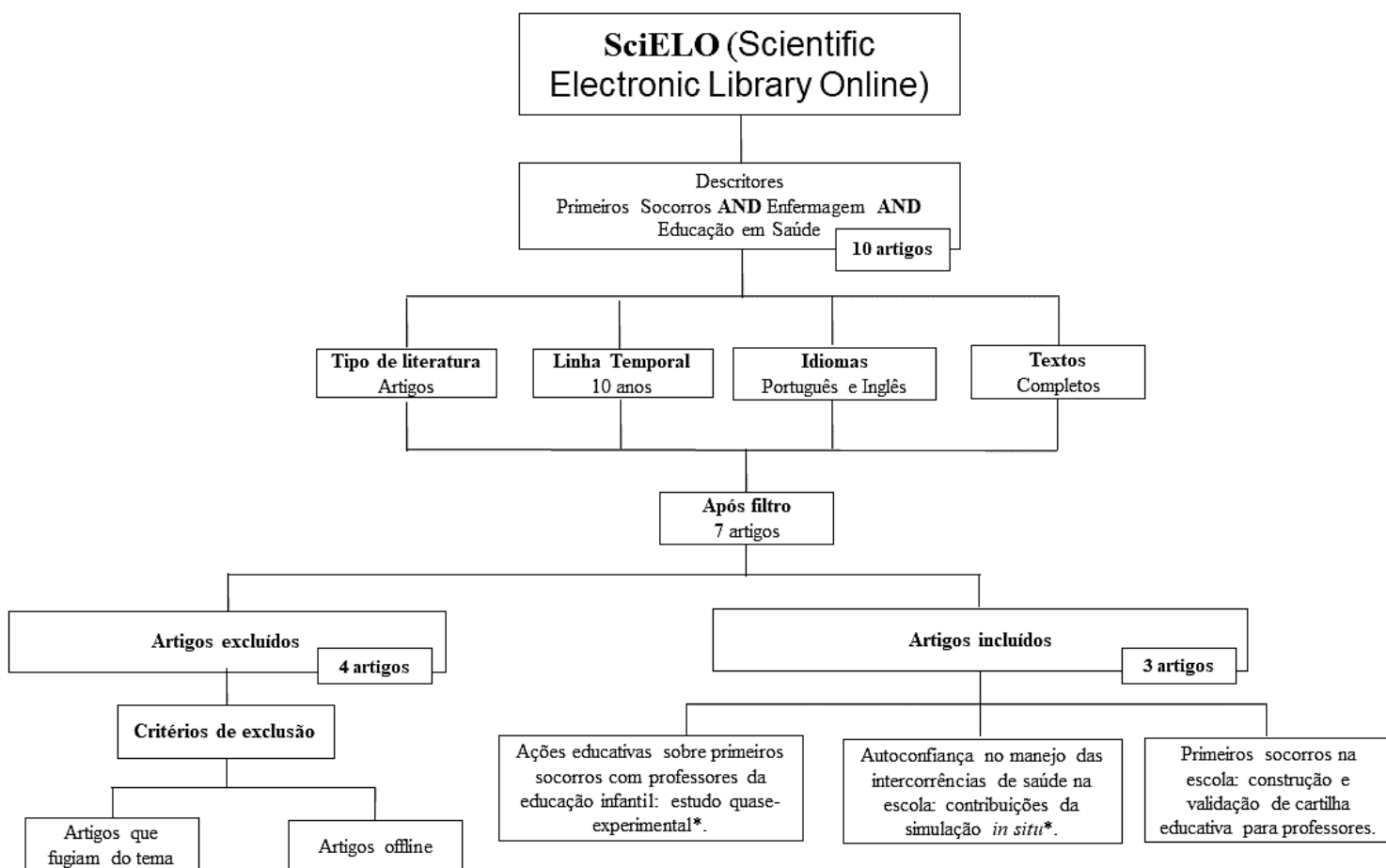
Figura 1 – Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (BVS)



Fonte: Os autores

Foram encontrados 10 estudos, 7 estudos foram selecionados e lidos por títulos e resumos, 4 foram excluídos. Para a leitura na íntegra 3 estudos foram selecionados para revisão.

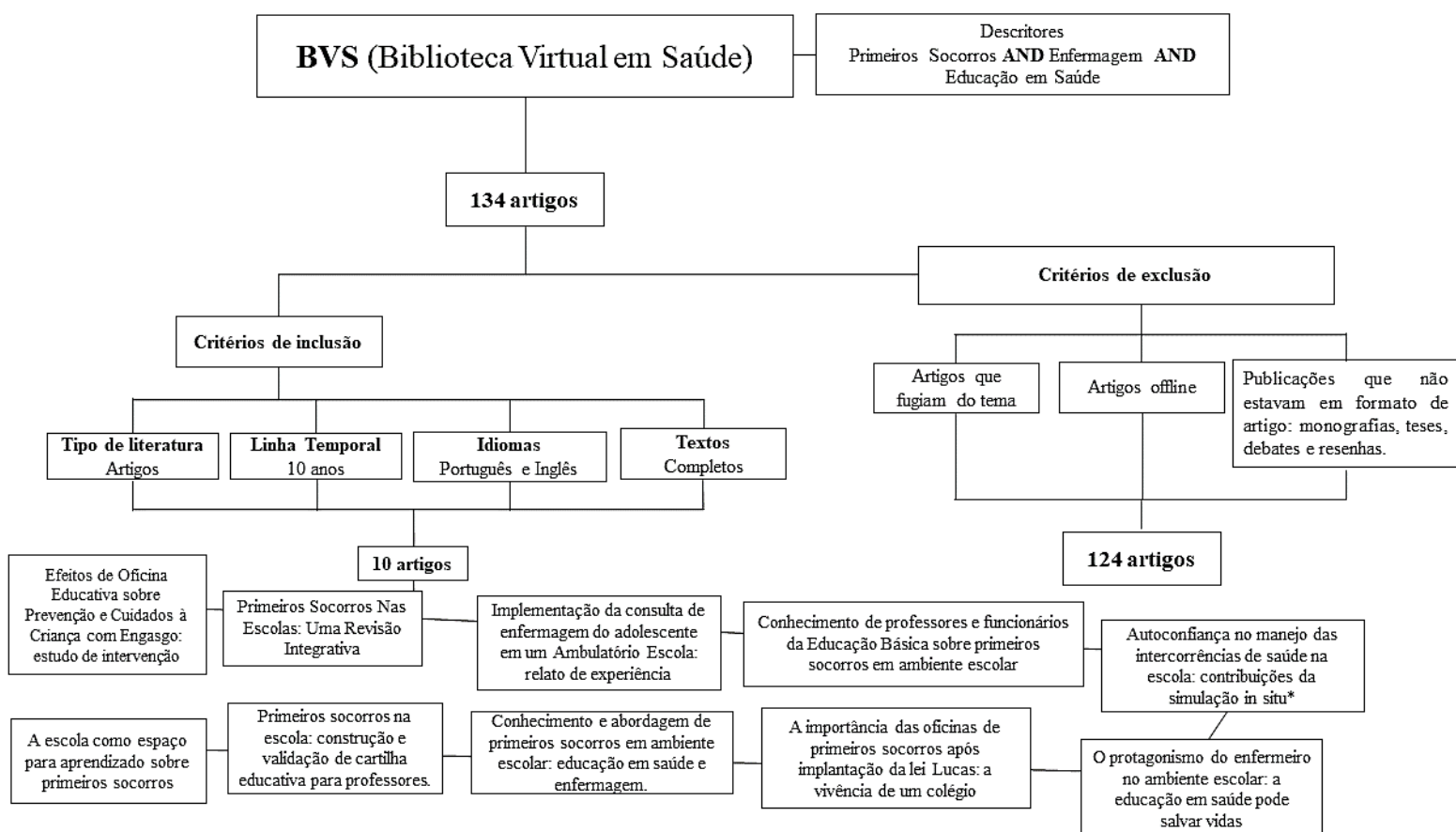
Figura 2 – SciELO (Scientific Electronic Library Online)



Fonte: Os autores

Foram encontrados 134 estudos, 96 foram excluídos por não preencherem aos critérios de inclusão, 38 estudos foram selecionados e lidos por títulos e resumos, 28 foram excluídos. Para a leitura na íntegra 10 estudos foram selecionados para revisão.

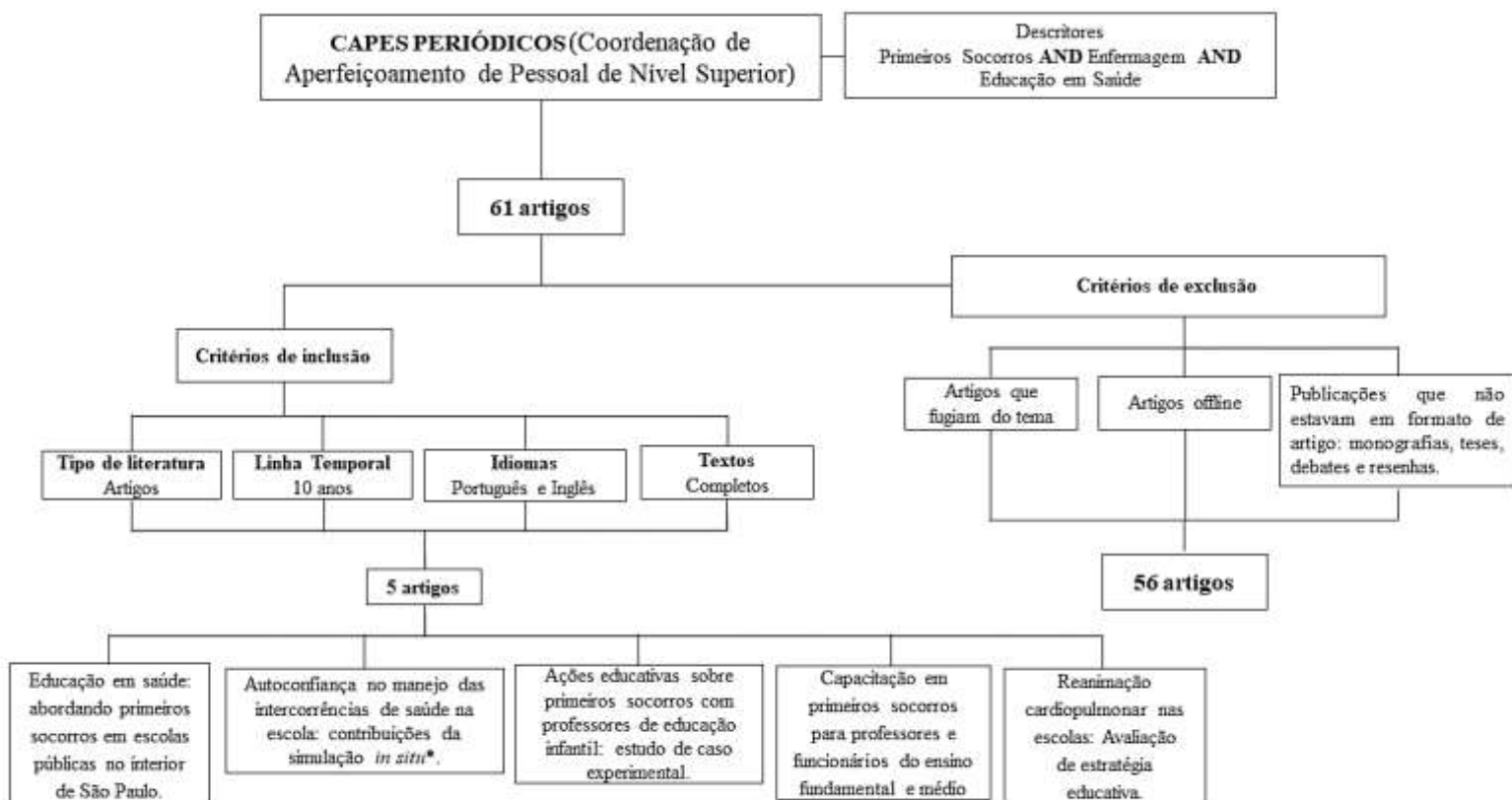
Figura 3 – Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)



Fonte: Os autores

Foram encontrados 61 estudos, 45 estudos foram selecionados e lidos por títulos e resumos, 40 foram excluídos. Para a leitura na íntegra 5 estudos foram selecionados para revisão.

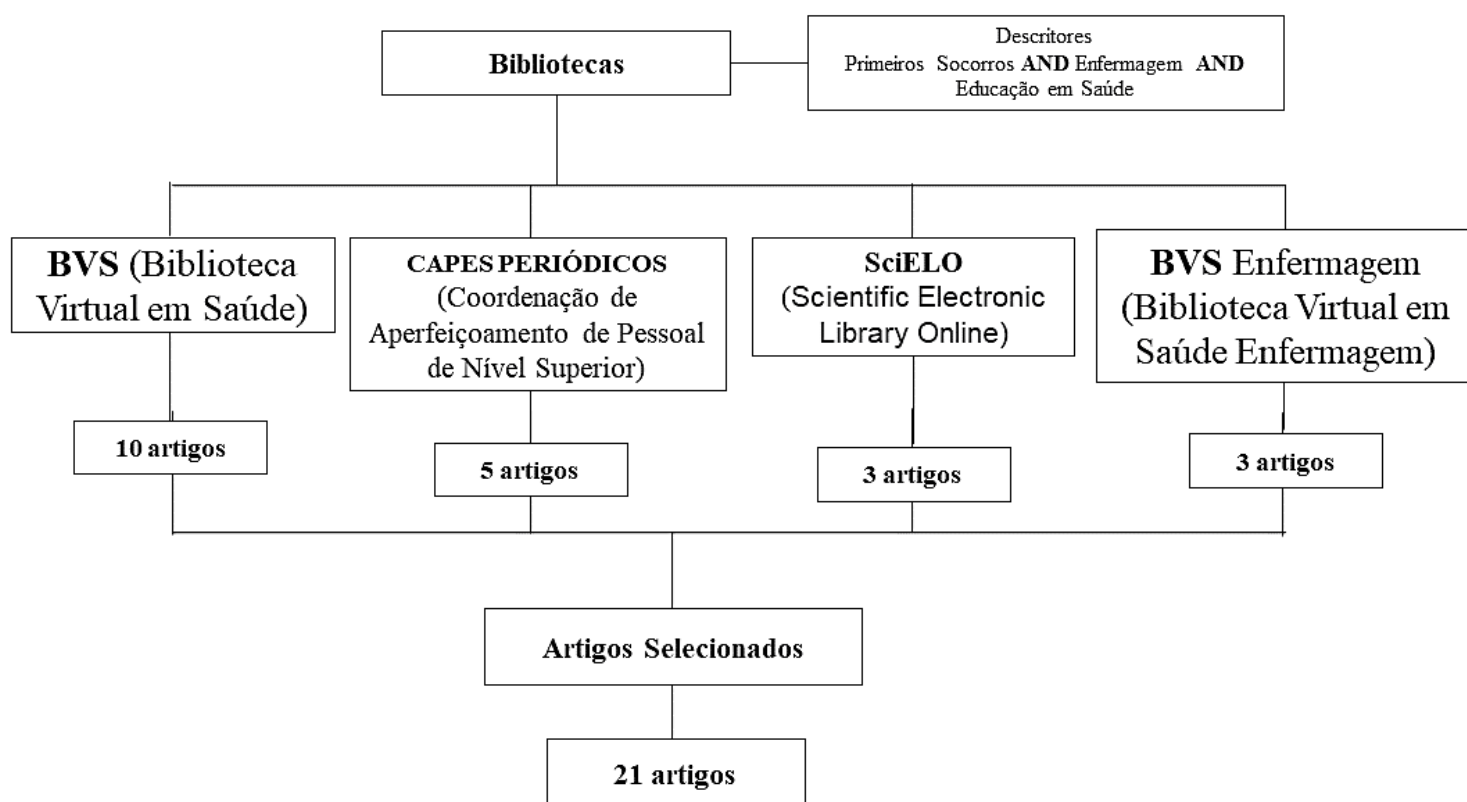
Figura 4 – CAPES PERIÓDICOS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)



Fonte: Os autores

Após buscas realizadas no banco de dados das bibliotecas virtuais: Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (BVS) de 150 encontrados foram selecionados 3 para a leitura na íntegra, Biblioteca Virtual em Saúde de 134 artigos foram selecionados 10 para a leitura na íntegra, SciELO (Scientific Electronic Library Online) de 10 artigos foram selecionados 3 para a leitura na íntegra, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de 61 artigos foram selecionados 5 para a leitura na íntegra, após os critérios de inclusão, totalizando 21 artigos para a leitura na íntegra.

Figura 5 – Artigos selecionados na base de dados



Fonte: Os autores

DISCUSSÃOS E RESULTADOS

Da análise dos seguintes artigos que versam sobre a temática **A Importância Da Enfermagem No Âmbito Escolar Sob A Ótica Da Lei Lucas, são** dissecados os resultados obtidos conforme os núcleos temáticos identificados. Apenas os artigos, ILHA, Aline Gomes *et al.* (2021), COSTA, Priscila *et al.* (2021) FALEIROS, Isabela Bossi *et al.* (2019), ZONTA, Jaqueline Brosso *et al.* (2019), NETO, Nelson Miguel Galindo *et al.* (2017). FIORUC, Bianca Elisabete *et al.* (2008). DE MOURA, Julianne Silva Garcia, *et al.* (2021). Que são 7 ao total, atendem a categoria: **Avaliação e conhecimento de pós capacitação**. Já os artigos: ANTUNES, Andrei Pompeu *et al.* (2022), e GUIMARÃES, Junior de Jesus *et al.* (2022). Corresponderam a categoria: **Enfermeiro com ações educativas nas escolas**, que totalizam 2 os artigos. Quanto a última categoria os artigos: MORENO, Silvia Helena Reis; FONSECA, João Paulo Soares. (2021); **SILVA**, Blenda Reis da, *et al.* (2023). GRIMALDI, Monaliza Ribeiro Mariano *et al.* (2020). Apenas 3 atenderam a categoria **Déficit de estudos científicos sobre primeiros socorros**.

Após a realização do fluxograma e cruzamentos dos dados, foram realizados a categorização dos artigos científicos nos quais foram analisados os dados, em relação a primeira categoria, sobre a avaliação e conhecimento de pós- capacitação. Para FIORUC, Bianca Elisabete *et al.* (2008), reforçou identificar o nível de conhecimento dos educadores e colaboradores das escolas municipais de ensino fundamental, com a utilização de Pré e pós-treinamento de primeiros socorros. Assim como para ZONTA, Jaqueline Brosso *et al.* (2019), autoconfiança de professores de educação infantil e a resolução primária de problemas de saúde escolar é essencial para que se trabalha com público infantil. Já ILHA, Aline Gomes *et al.* (2021), retratou como ações educativas sobre primeiros socorros com professores da educação infantil, de forma como estudo quase-experimental e SILVA, Blenda Reis da, *et al.* (2023), ainda complementou a importância da avaliação e a eficácia de uma intervenção educativa sobre suporte básico de vida, criando assim uma gama de conhecimento, por meio de educação continuada, abordando sobre teorias e práticas referentes ao assunto, destacando o papel do enfermeiro como um profissional qualificado para essa função, que atua como mediador do cuidado e cumpridor das leis e regulamentações exigidas da área de saúde.

Levando em consideração, uma vez que todas as categorizações atenderam aos objetivos do estudo que seriam visar e compreender o surgimento da importância do conhecimento sobre noções básicas de primeiros socorros no âmbito escolar, assim como o ambiente de educacional compreendeu a importância desta prática nas escolas, creches, no atendimento a criança com algum tipo de demanda em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram abordados temas como a Lei Lucas, a relevância dos primeiros socorros no contexto escolar e o papel do enfermeiro como educador e com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre esse assunto. Observou-se que, mesmo após a sanção da Lei Lucas em 04 de outubro de 2018, ainda há uma significativa falta de preparo por parte dos profissionais que trabalham em ambientes escolares quando se trata de práticas de primeiros socorros. Tornou-se evidente a importância desses profissionais estarem capacitados para a intervenção em situações de urgência e emergência, uma vez que são o grupo mais próximo das crianças e jovens nessas escolas.

A Lei Lucas apresenta-se com um relevante avanço para a garantia de melhor atendimento às crianças, o que vem despertando interesse de diversos públicos, como as famílias, secretaria de educação, educadores, entre outros, de modo a pensar com pro atividade das ações e de forma protetiva em defesa da vida e de uma educação realmente preocupada com o acompanhamento integral da criança em diferentes cenários, conforme assegurando por normas e textos jurídicos com Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN (1996) ou ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil- DCNEI (2010).

Portanto, uma articulação permanente entre educação e saúde se mostra essencial, o que torna imprescindível que os profissionais da educação possuam conhecimentos prévios. A educação contínua deve estar presente em qualquer ambiente de trabalho, pois é uma estratégia simples e econômica para solucionar falhas e, assim, manter o bom desempenho dos funcionários, garantindo, nesse caso, a segurança das crianças. É importante ressaltar que quando os pais deixam seus filhos na escola, estão confiando seu tesouro mais precioso e, com isso, esperam que a escola cumpra seu papel protetor durante sua ausência. No entanto, existem situações que parecem inevitáveis.

Com base nos artigos mencionados, podemos concluir a importância da capacitação anual do corpo docente e funcional das instituições de ensino em conhecimentos básicos de primeiros socorros, garantindo uma assistência melhor em circunstâncias de emergenciais, uma vez que a escola é um ambiente propenso a acidentes. Além do mais, ficou claro que o enfermeiro tem a capacidade de

contribuir para a aplicação da Lei Lucas, por meio do treinamento e sensibilização dos profissionais que trabalham nessa área sobre esse tema, demonstrando também a oportunidade de ampliar a área de atuação da enfermagem em diversos cenários sociais, em favor da proteção da vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Glauco Pereira; DE MENDONÇA CRUZ, César Albenes. **A normatização pós-implantação do Sistema Único De Saúde (SUS)**. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 3, n. 4, p. 17-31, 2021.

ANTUNES, A. P. et al. **Conhecimento de professores e funcionários da Educação Básica sobre primeiros socorros em ambiente escolar**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, V. 15, n. 11, set. 2022. Disponível: <<http://doi.org/10.25248/REAS.e11224.2022>> Acesso em: 05/03/2023

AZEVEDO, S. F. et al. **Implementação da consulta de enfermagem do adolescente em um Ambulatório Escola: relato de experiência**. Revista Saúde em Redes, v. 8, n. 2, 2022. Disponível: <<http://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8nsup2p41-57>> Acesso em: 06/03/2023.

Boletim Epidemiológico. Secretaria de vigilância em saúde- Ministério da Saúde; volume 52, out 2021.

BRASIL, **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Brasília, 1990. Disponível: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em: 15/04/2023

BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice-Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível: em: https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeiros_socorros.pdf > Acesso em: 20/03/2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html> Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. **Diário Oficial da União. 2018 Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Institui a Lei 13.722. Disponível: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44100850/do1-2018-10-05-lei-n-13-722-de-4-de-outubro-de-2018-44100725> Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil – DCNEI. Brasília: MEC; SEB, 2010**. BRASIL. Base nacional comum curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC; SEB, 2018. Acesso em: 15/04/2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069 de 13-07-1990**. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13/04/2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, 1990. Disponível: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 15/04/2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1996, Brasília. Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2003.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde**. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de saúde. Óbitos para Ocorrência segundo Capítulo CID-10.** 2019 disponível: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. > Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009

BRASIL. **Portaria de Consolidação GM/MS nº 02 de 28 de setembro de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União 2017; 28 ago.

BRASIL. **Portaria n. 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 2004a.

BRASIL. **Portaria nº 3.194, de 28 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS. Diário Oficial da União. 29 nov. 1990

BRASIL. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009

BRAVIN, Fábio Pereira. Política e ação pública: análise da política nacional de educação permanente em saúde. 2008.

CABRAL, Elaine Viana et al. **Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores**. Revista Práxis, v. 11, n. 22, 2019.

CNS. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde**. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1996. Disponível: <<http://conselho.saude.gov.br/legislacao/nobsus96.htm>> Acesso em: 15/04/2023.

COELHO, J. P. S. L. Ensino de primeiros socorros nas escolas e sua eficácia. **Rev Cient ITPAC**, v. 8, n. 1, p. 7, 2015. C., L. F. et al. First aid at school: teacher and staff training. 2017.

COSTA, P. et al. **Efeitos de Oficina Educativa sobre Prevenção e Cuidados à Criança com Engasgo: estudo de intervenção**. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 10, 2020. Disponível: <<http://doi.org/10.19175/recom.v10i0.3911www.ufsj.edu.br/recom>> Acesso em: 06/03/2023

DA SILVA GIJSEN, Luciana Isabel Prates; KAISER, Dagmar Elaine. Enfermagem e educação em saúde em escolas no Brasil: revisão integrativa da literatura/Nursing and health education in brazilian schools: an integrative literature review. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 12, n. 4, p. 813-821, 2013.

DA SILVA, Blenda Reis et al. Conhecimento e abordagem de primeiros socorros em ambiente escolar: educação em saúde e enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e10312139609-e10312139609, 2023.

DA SILVA, Davi Porfirio et al. **Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores**. Revista de Enfermagem UFPE online, v. 12, n. 5, p. 1444-1453, 2018.

DE AZEVEDO, Simone Fátima et al. Implementação da consulta de enfermagem do adolescente em um Ambulatório Escola: relato de experiência. **Saúde em Redes**, v. 8, n. sup2, p. 41-57, 2022.

DE JESUS GUIMARÃES, Junior et al. O protagonismo do enfermeiro no ambiente escolar: a educação em saúde pode salvar vidas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e22711124739-e22711124739, 2022.

DE MOURA, Julianne Silva Garcia et al. Primeiros socorros nas escolas: Uma revisão integrativa. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, v. 2, n. 01, p. 72-85, 2021.

DE OLIVEIRA, Marília Rosa et al. Concepção de graduandos de enfermagem sobre a prática de educação em saúde em primeiros socorros. **Rev Rene**, v. 16, n. 2, p. 150-158, 2015.

DO AMARAL TINOCO, Vanessa; REIS, Michelle Messias Tinoco; FREITAS, Laura Nascimento. O enfermeiro promovendo saúde como educador escolar: atuando em primeiros socorros. **Revista Transformar**, v. 1, n. 6, p. 104-113, 2014.

DOS SANTOS, Irailde Ferreira; GABRIEL, Mariana; DE CAMPOS MELLO, Tatiana Ribeiro. **Sistema único de saúde: marcos históricos e legais dessa política pública de saúde no Brasil**. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 5, p. 381-391, 2020.

FERREIRA, Maria das Graças Nogueira et al. O leigo em Primeiros Socorros uma revisão integrativa. **Revista de ciências da saúde nova esperança**, v. 15, n. 3, p. 12-20, 2017. F., P. **Pedagogia da autonomia**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONTANA, R. T.; LIMA, F.; DUTRA, A. M. Construction of knowledge in first aid: an experience report. **Rev Enferm UFPE On Line [Internet]**, p. 1222-8, 2009.

GALINDO NETO, N. M. et al., **Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores**. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 30, n. 1, Jan, 2017 Disponível: <<http://doi.org/10.1590/1982-0194201700013>> Acesso em: 05/03/2023

GALINDO NETO, Nelson Miguel et al. Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1678-1684, 2018.

GALINDO, Nelson Miguel et al. First aid in schools: construction and validation of an educational booklet for teachers. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, p. 87-93, 2017. N., J. et al. **Atividades educativas em primeiros socorros**. *Revista Contexto & Saúde*, v. 12, n. 23, p. 88-92, 2012.

GOMES, Ludmila Mourão Xavier; SANTOS, Christiano Almeida; MENDES, Marta Raquel. Análise do conhecimento sobre primeiros socorros de professores de escolas públicas. **Cadernos de Ciência e Saúde. Enfermagem e Farmácia. Montes Claros, Faculdades Santo Agostinho**, v. 1, n. 1, p. 57-64, 2011.

GRIMALDI, M. R. M. et al. **A escola como espaço para aprendizado sobre primeiros socorros**. *Revista de Enfermagem UFSM – REUFMS*, Santa Maria, RS, v. 10, e20, p. 1-15, 2020 Disponível: <<http://doi.org/10.5902/2179769236176>> Acesso em: 05/03/2023

GUIMARÃES, J. de J. et al. **O protagonismo do enfermeiro no ambiente escolar: a educação em saúde pode salvar vidas**. *Research, Society and Development*, v. 11, n., 2022 Disponível: <<http://dx.doi.org/1033448/rsd-v11i1.24739>> Acesso em: 06/03/2023

HANAN, Simone Assayag; COSTA, Silvia Karla. Conhecimento dos professores de 1ª a 4ª série de escolas públicas municipais de Manaus/AM frente à avulsão dentária. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 10, n. 1, p. 27-33, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. **Curitiba: Intersaberes**, p. 531-534, 2014.

LAKATOS, ME MARCONI; DE METODOLOGIA CIENTÍFICA, MA Fundamentos. São Paulo: Ed. 2010.

LIBERAL, Edson Ferreira et al. Escola segura. **Jornal de Pediatria**, v. 81, p. s155-s163, 2005.

LIMA, L. D. de et al. **Sistema Único de Saúde: 30 anos de avanços e desafios. Cadernos de Saúde Pública.** v. 34. p. 1-2. 2018 disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n7/1678-4464-csp-34-07-e00117118.pdf> > Acesso em: 20/05/2023.

LODER, Randall T. The demographics of playground equipment injuries in children. **Journal of pediatric surgery**, v. 43, n. 4, p. 691-699, 2008.

MANCINI, HILÁRIO BRUNO; ROSENBAUM, JOÃO LUÍS; FERRO, MARCELO ANTONIO COTRIM. Organização de um serviço de primeiros socorros em uma empresa. **Campo Grande**, p. 49, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 2003.

METODOLOGIAS DISRUPTIVAS NA EDUCAÇÃO: FORMAS INOVADORAS DE ENSINAR E APRENDER, 1., 2019, Caruaru. Anais do Congresso de Tecnologia na Educação. Caruaru: SENAC, 2019. 8 p

MORENO, S. H. R.; FONSECA, J. P. S. **A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio.** Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.2, p.4661-4674, mar./apr.2021 Disponível: <<http://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-053>> Acesso em: 06/03/2023

MOURA, J. S. G. de et al. **Primeiros Socorros Nas Escolas: Uma Revisão Integrativa.** Revista Portuguesa de Educação Contemporânea, v.2, n. 1, p.72-85, Jan/jul. 2021 Disponível em: <<http://revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpec/article/view/387/578>> Acesso: 03/03/2023

NARDINO, Janaine et al. Atividades educativas em primeiros socorros. **Revista Contexto & Saúde**, v. 12, n. 23, p. 88-92, 2012.

NETO N.M.G. *et al.* **First aid in schools: construction and validation of an educational booklet for teachers.** Acta Paul Enferm [Internet]. 2017 Jan/Fev [cited 2017 Dec 22];30(1):87-93. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ape/v30n1/1982-0194-ape-30-01-0087.pdf>> Acesso: 29/04/2023.

NETO, Nelson Miguel Galindo; CARVALHO, Gerdane Celene Nunes; CASTRO, Régia Christina Moura Barbosa; CAETANO, Joselany Áfio; SANTOS, Ellen Cristina Barbosa dos; SILVA; Telma Marques da; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de. **Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola.** Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn. v. 71, n. 1, p. 1775-1882, mar. 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica.** Editora Fiocruz, 2008.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; GIKAS, Regina Maria C. Prevenção de acidentes em escolares: proposta de metodologia de diagnóstico para programa educativo. **Rev. bras. Saúde esc**, p. 23-6, 1992.

RAMOS, Marco Antônio; DE CASTRO KRAKAUER, Patricia Viveiros. Fomento ao Empreendedorismo para Deficientes no Estado de São Paulo. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 7, n. 1, p. 195-225, 2018.

SANTOS, Lenir. SUS-30 anos: um balanço incômodo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2043-2050, 2018.

SANTOS, Lenir. **SUS-30 anos: um balanço incômodo? Ciência e saúde coletiva**, v. 23, n.6, p.2043-2050, 2018 Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-2043.pdf>> Acesso em: 14/04/2023.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. **SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo**. *Ciência e saúde coletiva*, v. 23, n. 6, p.1729-1736, 2018. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1729.pdf>> Acesso em: 20/12/2018.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1729-1736, 2018.

SEVERINO. A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, B. R. da. et al. **Conhecimento e abordagem de primeiros socorros em ambiente escolar: educação em saúde e enfermagem**. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 1, 2023 Disponível: <<http://dx.doi.org/1033448/rsd-v12i1.39609>> Acesso em: 06/03/2023

SINGLETERY, Eunice M. et al. Part 15: first aid: 2015 American Heart Association and American Red Cross guidelines update for first aid. **Circulation**, v. 132, n. 18_suppl_2, p. S574-S589, 2015.

VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. **Primeiros socorros: um guia prático**. São Paulo: Claro enigma, 2011. p. 7

VERONESE, Andréa Márian et al. Oficinas de primeiros socorros: relato de experiência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, p. 179-182, 2010.

WARMLING, Deise et al. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA (EAD)–UNASUS/UFSC. In: **11º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2014.

ZONTA, Jaqueline Brosso et al. **Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ**. *Revista Latino - Americana de Enfermagem*, v.27, e, 07, out, 2019. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2909.3174>> Acesso em: 06/03/2023

ZONTA, Jaqueline Brosso. **Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola entre professores da educação infantil e fundamental I**. 2018.